

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 13, NÚMERO 3 - MAIO



## Facilitação do comércio: adeus à burocracia?

ESTADOS UNIDOS

Facilitação do comércio na OMC e as incoerências de Trump no comércio multilateral

MERCOSUL

O Mercosul frente ao Acordo de Facilitação do Comércio

BRASIL

Os efeitos do Acordo de Facilitação do Comércio para a atividade aduaneira no Brasil



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 13, NÚMERO 3 - MAIO

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

### EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Daniela Alfaro

Rodrigo Fagundes Cezar

### CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## ESTADOS UNIDOS

### 4 **Facilitação do comércio na OMC e as incoerências de Trump no comércio multilateral**

*Renata Amaral, Matheus Andrade*

## PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

### 8 **O desafio da implementação do TFA em países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo**

*Changsheng Li*

## AMÉRICA LATINA

### 12 **Como a participação em cadeias globais de valor pode beneficiar os países latino-americanos?**

*Julien Gourdon, Przemyslaw Kowalski*

## MERCOSUL

### 16 **O Mercosul frente ao Acordo de Facilitação do Comércio**

*Héctor H. Juárez*

## BRASIL

### 21 **Os efeitos do Acordo de Facilitação do Comércio para a atividade aduaneira no Brasil**

*Fernanda Vieira Kotzias, Luciana Dutra de Oliveira Silveira*

### 25 **Publicações**

## A quem convém facilitar o comércio?



*Mal celebrada uma importante conquista, a incerteza está de volta à Organização Mundial do Comércio (OMC). Afinal, a entrada em vigor do Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) coincide com a ascensão de um discurso protecionista à Presidência dos Estados Unidos. Em meio às reviravoltas proporcionadas pela administração de Donald Trump, caberá a cada um dos países da América Latina decidir: compensa associar o futuro de sua estratégia comercial ao desempenho do sistema multilateral?*

*Independentemente da resposta, existem bons motivos para a implementação do TFA. Acima de tudo, o Acordo incorpora princípios que conviriam a qualquer plano de promoção do crescimento econômico. Da mesma maneira, como pensar em qualquer projeto de integração regional sem a devida convergência regulatória? Nesse sentido, a resiliência de práticas obsoletas nos sistemas aduaneiros dos países da América Latina não deixa de surpreender.*

*Por isso, discutir os possíveis limites para a implementação do TFA na América Latina implica um olhar que vá além do futuro da OMC. Fundamentalmente, a promoção da facilitação do comércio está relacionada ao projeto de organização econômica de um país. Se a operacionalização do Acordo fracassar em nossa região, será mais pela complexa natureza das coalizões sustentando os aparatos burocráticos latino-americanos do que pela debilidade da liderança de Genebra.*

*Este número do Pontes apresenta a você, prezado(a) leitor(a), artigos que nos permitem entender as conquistas e desafios trazidos com a entrada em vigor do TFA. Nas páginas a seguir, especialistas discutem estratégias para uma efetiva promoção da facilitação do comércio na América Latina. Para tanto, levam em consideração tanto os últimos eventos ao redor do mundo quanto as características dos países da região. Assim, pretendemos oferecer uma discussão que proponha objetivos realistas, alinhando-os com o nosso atual estágio de desenvolvimento institucional.*

*Contamos com a sua participação no debate. Para tanto, oferecemos nosso [site](#) e nosso [e-mail](#). Ademais, gostaríamos de fazer um anúncio especial: a partir de maio de 2017, os projetos editoriais das revistas Pontes e Puentes serão plenamente integrados. Com isso, pretendemos incrementar as sinergias entre ambas as publicações, oferecendo a você, prezado(a) leitor(a), um volume ainda maior de contribuições originais.*

*Esperamos que aprecie a leitura.*

A Equipe Pontes

## ESTADOS UNIDOS

# Facilitação do comércio na OMC e as incoerências de Trump no comércio multilateral

Renata Amaral, Matheus Andrade

*Em um cenário de baixo crescimento da economia e do comércio global, a OMC comemora a entrada em vigor do primeiro acordo multilateral desde a criação da Organização. Em meio ao entusiasmo com essa vitória importante, a OMC enfrentará os desafios dos discursos sobre protecionismo e "desglobalização", atualmente liderados por Donald Trump.*

O Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) assinado na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali (2013), é o primeiro acordo multilateral no âmbito da OMC desde a sua criação. O TFA compreende um conjunto de ações e compromissos que, além de proporcionar o aumento da transparência e a redução da burocracia nas operações, incrementará a competitividade dos produtos transacionados multilateralmente.

Em vigor desde 22 de fevereiro, o TFA fundamenta-se na promoção da celeridade das operações de comércio exterior e reflete um aprofundamento do princípio da não-discriminação entre os membros, que orienta o sistema multilateral de comércio desde o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês). Dentro do escopo do Acordo estão ações que ambicionam um incremento na agilidade dos processos de importação e exportação dos membros da Organização. Exemplo dessas ações incluem uma maior transparência das regulamentações comerciais dos países, como a publicação e administração de regras claras para classificação e determinação de valor aduaneiro, a liberdade de trânsito para bens que circulam de um país para outro, bem como dentro de um mesmo país, e informações sobre todas as tarifas alfandegárias, impostos e taxas aplicadas sobre importações e exportações.

Ademais, o TFA também trata de questões processuais (processamento eletrônico de informações aduaneiras) e proporciona uma espécie de resumo de melhores práticas de comércio internacional com vistas a contribuir para uma maior transparência para os operadores de comércio.

Uma maior transparência e agilidade nas operações de comércio exterior via TFA reflete diretamente na competitividade das exportações das economias que fazem parte da OMC. De acordo com as previsões iniciais da Organização, o fluxo global de bens e serviços pode aumentar para até US\$ 1 trilhão com a entrada em vigor do TFA, além de gerar uma redução de custos de, em média, 14,3% no comércio global.

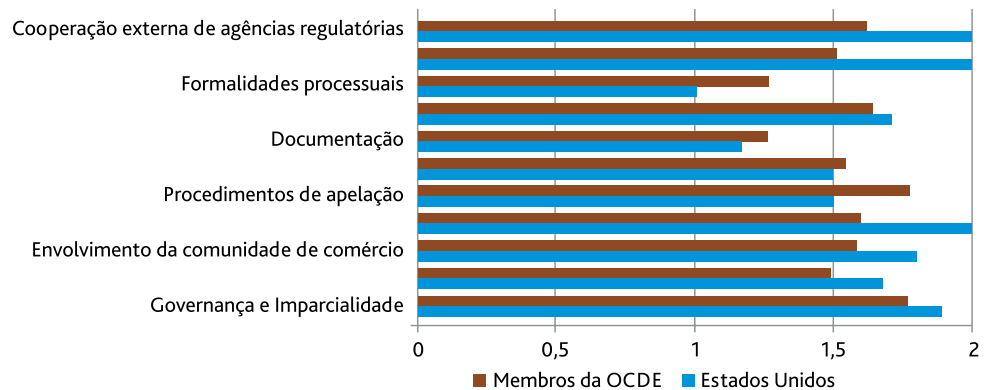
## **Estados Unidos: membro ativo na aprovação do TFA e entusiasta na OMC**

Uma breve análise da participação dos Estados Unidos na aprovação do que ficou conhecido como Pacote de Bali – que inclui o TFA – deve levar em conta o contexto das negociações no âmbito da OMC naquele momento.

Em 2013, a Organização convivia com o fracasso das negociações da Agenda de Desenvolvimento proposta pela Rodada Doha e interrompidas por um grande impasse em relação aos temas de agricultura. Ademais, o peso de nenhum acordo multilateral ter sido assinado desde o surgimento da Organização, em 1995, e a conclusão de mais uma Conferência Ministerial sem nenhum resultado concreto poderiam ameaçar o espaço negociador da OMC. Era necessário então sair da Ministerial em Bali com uma entrega concreta: os membros da Organização decidiram concentrar seus esforços na negociação de um pacote de medidas que gerasse maior consenso.

Nesse contexto, um acordo em facilitação do comércio foi eleito como a peça central do pacote de medidas desde o começo dos preparativos para a Conferência, tanto por não

**Figura 1: Indicadores de Facilitação do Comércio da OCDE (0 a 2)**



tratar de temas sensíveis para os membros quanto porque havia uma percepção geral do poder do Acordo de gerar ganhos reais para todas as economias.

Contudo, durante as negociações em Bali as dificuldades reapareceram uma vez que a Índia passou a exigir que os programas de subsídios agrícolas não fossem questionados para ratificar o Pacote de Bali, dando início a um embate direto com os Estados Unidos, grande entusiasta do TFA. Após extensas negociações em dezembro de 2013, os Estados Unidos e a Índia conseguiram chegar a um acordo que satisfizes ambas as partes e permitiu que o TFA pudesse ser assinado<sup>1</sup>.

Os Estados Unidos foram o terceiro membro da OMC a ratificar o acordo em 23 de janeiro de 2015. Desde então, tornaram-se grandes vocalizadores das vantagens que o TFA pode gerar para a economia mundial – sobretudo para países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, por meio de doações para treinamento<sup>2</sup> e da participação de grupos como a *Global Alliance*, que reúne empresas e governos e busca usar sua experiência no tema para promover a facilitação do comércio<sup>3</sup>. Nessa mesma linha, os Estados Unidos de Barack Obama também implementaram o *Trade Facilitation and Trade Enforcement Act* (2015)<sup>4</sup>.

Note-se que o apoio dos Estados Unidos ao Acordo pode ser explicado principalmente pelos ganhos econômicos experimentados pelo país ao longo dos anos e pela experiência da maior economia do mundo nesse assunto. Um estudo de 2015 elaborado pela OMC mostra que os ganhos estimados com o acordo são de até US\$ 1 trilhão, além da redução de 14,3% nos custos relativos ao comércio internacional<sup>5</sup>, conforme mencionado acima. O mesmo estudo mostra que esses custos muitas vezes são superiores aos gastos com as tarifas de importação. A título de exemplo, o documento mostra que custos como distância, cotas comerciais, fretes, diferenças culturais e todos os custos relativos ao comércio equivalem a 70% das tarifas de importação em uma relação comercial entre Estados Unidos e Alemanha, o que pode ser sensivelmente diminuído com as medidas do TFA.

Ainda, cabe ressaltar que, além dos ganhos econômicos estimados, os Estados Unidos não devem ter grandes dificuldades para implementar o Acordo. Em três diferentes indicadores, o país é bem avaliado em critérios relacionados à facilitação do comércio. No

*além dos ganhos econômicos estimados, os Estados Unidos não devem ter grandes dificuldades para implementar o Acordo. Em três diferentes indicadores, o país é bem avaliado em critérios relacionados à facilitação do comércio.*

## Os Estados Unidos e o OSC

### 114 casos

como parte reclamante

### 130 casos

como respondente

### 140 casos

como 3ª parte

indicador Global Enabling Trade Report do Fórum Econômico Mundial<sup>6</sup>, que avalia mais de 90 quesitos sobre a economia dos países, os Estados Unidos estão na 22ª posição entre aqueles com a maior capacidade de facilitar fluxos de comércio, com especial destaque para a eficiência e transparência da aduana<sup>7</sup>. Já a base de dados *Trading Across Borders* do Banco Mundial<sup>8</sup>, mostra indicadores positivos dos Estados Unidos como apenas duas horas para uma empresa ter seu produto autorizado a exportar pelas autoridades aduaneiras, além de um custo relativamente baixo para cumprir com as regras necessárias para exportar.

Ademais, a plataforma OECD *Trade Facilitation Indicators*<sup>9</sup> (ver Gráfico 1), que avalia a facilitação do comércio dos países entre 0 e 2, confere nota 1,7 aos Estados Unidos, uma das mais altas em todo o mundo.

Além dos aspectos relacionados a facilitação de comércio, os Estados Unidos são usuários frequentes do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC. Mais do que isso: desde a criação da Organização, os Estados Unidos foram o país que mais utilizou esse sistema da OMC. Atualmente, das 524 disputas iniciadas perante o OSC, os Estados Unidos contabilizam 114 casos como parte reclamante, 130 casos como respondente e 140 casos como 3ª parte, o que mostra a confiança do país na segurança jurídica do sistema nas duas últimas décadas.

#### Trump, OMC e facilitação do comércio

O presidente Donald Trump aventou, em vários momentos de sua campanha eleitoral, uma possível saída dos Estados Unidos da OMC. Inclusive, em sua proposta intitulada *Trade Policy Agenda 2017*<sup>10</sup>, Trump deixou claro que a Organização e as decisões de disputas no âmbito da OMC podem ser repensadas e eventualmente desconsideradas se, no entender da atual administração, os interesses estadunidenses não estiverem sendo observados.

É certo que Trump prezarão sempre por um discurso mais protecionista e ameaçador da ordem internacional global. No entanto, naquilo que diz respeito à OMC, uma possível saída dos Estados Unidos da Organização em troca da priorização de acordos bilaterais de comércio gerará impactos não só para o sistema multilateral, mas, sobretudo, para os Estados Unidos.

Ora, uma eventual saída privaria, por exemplo, o país da utilização do OSC para resolver disputas comerciais. Isso faria com que os Estados Unidos tivessem que discutir caso-a-caso as disputas comerciais que podem surgir no futuro, além de não poderem exigir que os países sigam as regras comuns do comércio internacional nas operações de comércio exterior com os Estados Unidos. A ausência dessas regras poderia envolver o país em um sem-número de “guerras comerciais”, que podem prejudicar sobremaneira a economia estadunidense e sobrecarregar a diplomacia daquele país, que terá que buscar soluções únicas para cada problema e disputa comercial que possa vir a surgir.

O efeito reverso para a economia dos Estados Unidos, maior importador do planeta e país com o maior número de empresas transnacionais hoje é incalculável. Sem dúvida, uma eventual saída dos Estados Unidos da OMC deve trazer muito mais desvantagens do que vantagens para a economia e o efeito será devastador para o país.

---

*[a saída dos EUA do OSC] poderia envolver o país em um sem-número de “guerras comerciais”, que podem (...) sobrecarregar a diplomacia daquele país, que terá que buscar soluções únicas para cada problema e disputa comercial que possa vir a surgir.*

---



No que diz respeito às desvantagens, um pequeno exemplo da implosão que pode acontecer no mercado doméstico estadunidense é o efeito das sanções que o presidente Trump diz que colocará em prática contra China e México. Nesse sentido, não custa lembrar que a China é a maior credora de títulos da dívida pública dos Estados Unidos e que grande parte das plantas industriais das empresas estadunidenses está localizada no México. Perda de eficiência, aumento de custos e desemprego seriam alguns dos efeitos imediatos em um futuro não tão distante para os Estados Unidos.

As administrações que precederam Donald Trump foram amplas porta-vozes do livre comércio, papel que os Estados Unidos têm desempenhado desde o final da II Guerra Mundial, como a maior economia do planeta. Não à toa, o país participou ativamente da negociação e assinatura do TFA na Conferência Ministerial de Bali.

Assim, prezar agora pela desconstrução do modelo de globalização liderado pelos Estados Unidos ao longo das últimas décadas, para além de significar o rompimento de um importante padrão da política externa do país para temas de comércio internacional, seguramente trará prejuízos ainda imensuráveis para o mundo inteiro – mas, principalmente para os próprios estadunidenses.

---

❶ Os dois países concordaram em uma solução provisória durante a Conferência Ministerial de Bali. Um acordo definitivo sobre o tema foi alcançado em novembro de 2014.

❷ Disponível em: <<http://bit.ly/2qZSwmf>>.

❸ Disponível em: <<http://bit.ly/2q8TdZ3>>.

❹ Disponível em: <<http://bit.ly/2pEHPBD>>.

❺ Disponível em: <<http://bit.ly/2r5ZVwx>>.

❻ Disponível em: <<http://bit.ly/2gMcaKU>>.

❼ Disponível em: <<http://bit.ly/2q8AQ6E>>.

❽ Disponível em: <<http://bit.ly/1LvOdDm>>.

❾ Disponível em: <<http://bit.ly/2pq5Lwl>>.

❿ Disponível em: <<https://ustr.gov>>



**Renata Amaral**

Doutora em Direito Internacional pela Universidade de Maastricht e pela UFSC e diretora de Comércio Internacional da Barral M. Jorge Consultores Associados.



**Matheus Andrade**

MBA Executivo em Economia e Gestão do Agronegócio (FGV) e consultor em Comércio Internacional da Barral M. Jorge Consultores Associados.

## PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

# O desafio da implementação do TFA em países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo

Changsheng Li

*Com atenção especial aos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, o autor analisa os principais desafios à implementação das disposições do TFA e discute as ferramentas da WCO voltadas a auxiliar tais países nesse processo.*

A entrada em vigor do Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês), em 22 de fevereiro de 2017, foi um dos eventos mais importantes para o sistema multilateral desde a fundação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foram necessárias quase duas décadas para que a comunidade internacional definisse um conjunto de compromissos vinculantes para todos os membros da OMC, incluindo países em desenvolvimento e aqueles de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Tal feito não era observado desde que a redução tarifária atingiu seu nível mais baixo no comércio mundial.

Um estudo da Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês) mostra que, comparativamente às concessões tarifárias, os comerciantes podem obter três vezes mais benefícios ao removerem barreiras não-tarifárias ou medidas fronteiriças onerosas. Para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a implementação total do TFA em países em desenvolvimento e PMDRs pode reduzir entre 12,5% e 17,5% os custos do comércio. Segundo a OCDE, os benefícios serão maiores em tais países do que no mundo desenvolvido.

O TFA é composto por três seções: a Seção I especifica medidas de facilitação do comércio; a Seção II fornece arranjos de tratamento especial e diferenciado (S&DT, sigla em inglês) para países em desenvolvimento e PMDRs; e a Seção III consiste no arranjo institucional e provisões finais. As 36 medidas definidas na Seção I e a criação do Comitê Nacional sobre Facilitação do Comércio (NCTF, sigla em inglês), estipulada na Seção III, são provisões vinculantes para todos os membros da OMC. No entanto, como os países em desenvolvimento e os PMDRs compõem a maioria dos membros da OMC, é óbvio que suas capacidades de implementar obrigações vinculantes não são equiparáveis àsquelas dos países desenvolvidos. Portanto, após difíceis negociações, os membros da OMC finalmente concordaram que a capacidade de implementação está ligada a provisões S&DT na Seção II do TFA. Além disso, a seção relativa a S&DT também especifica responsabilidades dos países doadores.

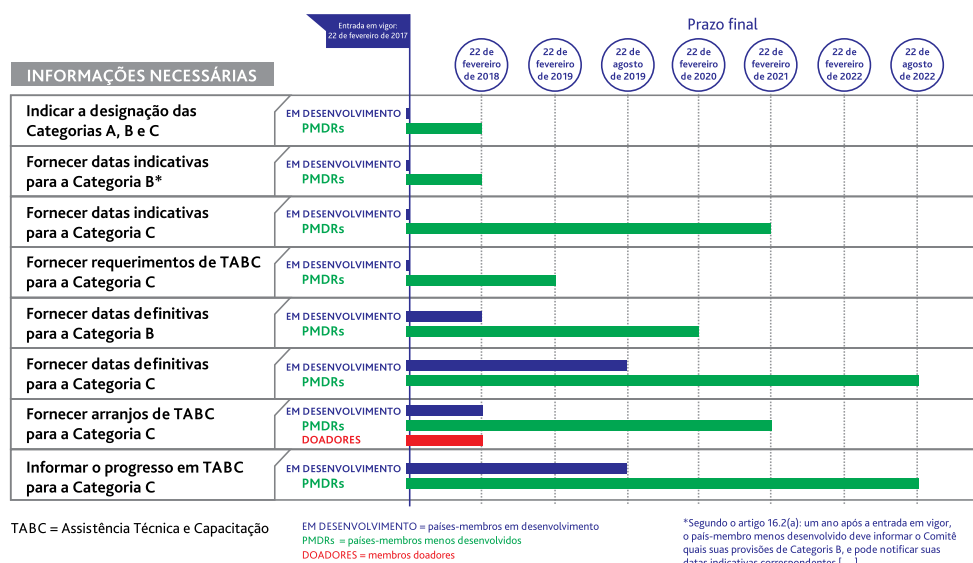
## Flexibilidade de implementação

### Categorização

Países em desenvolvimento e PMDRs podem definir seu próprio plano de implementação para diferentes provisões e notificá-lo à OMC. Com base em suas capacidades, os membros podem agrupar disposições do TFA em três categorias. À "Categoria A" são incorporadas as provisões implementadas tão logo o TFA entre em vigor. O compromisso de "Categoria B" determina que as provisões sejam implementadas após um período de transição específico. Por sua vez, a "Categoria C" reúne as disposições do TFA cujo cumprimento está atrelado à provisão de assistência adequada e capacitação.

O Acordo fornece mais provisões S&DT: por exemplo, países em desenvolvimento e PMDRs podem solicitar à OMC a ampliação do período de transição dos compromissos nas categorias B e C. Tais países podem, ainda, alterar a composição de medidas enquadradas nas categorias B e C, bem como solicitar apoio técnico e de capacitação para implementar totalmente o TFA.



**Figura 1: Períodos de Graça**

Fonte: Site da OMC

### Período de graça

A pressão mais urgente para países em desenvolvimento e PMDRs diz respeito à implementação imediata das provisões do TFA notificadas à OMC ("Categoria A"). Aqui, dois cronogramas são cruciais. A partir de sua entrada em vigor, o Acordo determina que, por 2 anos, os países em desenvolvimento membros da Organização estarão isentos de obrigações nessa matéria perante o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC). No caso dos PMDRs, esse prazo é de 6 anos. O período de graça é de, no máximo, 8 anos após a entrada em vigor do TFA para a implementação completa de todas as provisões.

### Desafios

Não há dúvidas de que todos os atores envolvidos no comércio internacional, incluindo agências do governo, serão beneficiados com a implementação do TFA. A facilitação do comércio não é um tópico novo, e medidas para facilitar o comércio têm existido em vários níveis de implementação em países de diferentes níveis de desenvolvimento. No entanto, implementar completamente todas as provisões é desafiador, em especial para países em desenvolvimento e PMDRs, devido à falta de infraestrutura suficiente e de prioridade no âmbito nacional que caracteriza tais países.

No contexto recente da entrada em vigor do TFA, alguns países ainda estão no processo de determinar as provisões das categorias B e C. Outros estão sob a pressão de estar em total conformidade com seus compromissos já notificados à OMC, devido à complexidade de determinadas provisões e à compreensão gradual quanto aos objetivos de algumas das medidas do TFA. Um exemplo dessa situação pode ser encontrado na publicação e disponibilidade de informações relacionadas ao comércio na Internet. Acima de tudo, as informações relacionadas ao comércio precisam ser publicadas e tornadas acessíveis aos comerciantes e outras partes interessadas. Além disso, informações gerais e etapas ou instruções práticas concernentes a todas as leis relativas ao comércio e suas regulações devem estar, sempre que possível e da forma mais apropriada, disponíveis e atualizadas online.

Outro exemplo é o caráter mandatório da criação da Janela Única (ou sua preservação, nos casos em que esta já exista), com o objetivo de garantir a simplificação de procedimentos de liberação de bens e envio de documentos. No entanto, não existe uma Janela Única capaz de atender a todo e qualquer tipo de situação: as práticas podem variar de acordo com o país. Nesse sentido, ao invés de focar na estrutura da Janela Única, seria mais prático focar em seu objetivo, tal qual definido no TFA. No entanto, a análise das notificações enviadas pelos membros à OMC mostra que a Janela Única é uma das medidas menos mencionadas.

**A WCO em números****181**

membros

**98%**

do comércio internacional

Fonte: WCO (2017)

**O papel da aduana no apoio à implementação**

A facilitação do comércio é definida como "qualquer medida que contribua para a redução dos custos de transação comercial e para a criação de eficiência-padrão". A aduana é uma agência do governo responsável por recolher tarifas na fronteira e controlar o fluxo de bens que entra e sai de um país. À medida que o comércio internacional adquiriu maior importância para o bem-estar social e desenvolvimento econômico, a aduana passou a operar mais como uma facilitadora do comércio do que como uma agência encarregada de proteger o movimento de bens pelas fronteiras.

Dado o seu destaque como agência de fronteira, a aduana possui uma posição privilegiada no gerenciamento das fronteiras de um país e conhece bem os movimentos de expedição de bens. Assim, muitas medidas do TFA dizem respeito à aduana. Como mostra com clareza o Índice de Ativação do Comércio (ETI, sigla em inglês), elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, as formalidades de autorização e liberação de bens não raro possuem um status mais avançado, se comparadas a outras provisões de facilitação do comércio.

A Organização Mundial das Alfândegas (WCO, sigla em inglês) é uma instituição intergovernamental independente, cuja missão é fortalecer a efetividade e eficiência das administrações aduaneiras. A WCO representa 181 aduanas de todo o mundo, as quais, juntas, processam cerca de 98% do comércio mundial. Fornecer assistência técnica e capacitação aos membros, definir padrões aduaneiros e promover a articulação com outras organizações internacionais e com o setor privado constituem as principais forças da WCO.

Logo após a conclusão do TFA na Conferência Ministerial de Bali (2013), a WCO lançou o *Programa Mercator*. Aprovado em uma reunião do Conselho Geral realizada em junho de 2014, o referido programa busca garantir a implementação uniforme do TFA, utilizando os instrumentos e ferramentas da WCO. O programa é caracterizado por duas frentes: promover atividades de conscientização nos níveis global e regional; e fornecer assistência técnica e capacitação sob medida, com base em demandas e pedidos encaminhados pelos membros da WCO.

Muitas atividades foram realizadas junto a membros específicos, ou em conjunto com outras organizações internacionais desde o lançamento do *Programa Mercator*. A abordagem regional é o foco da WCO, que organiza a coordenação e implementação do TFA em seis regiões.

**Instrumentos e ferramentas da WCO para facilitar o comércio**

Uma das maiores forças da WCO reside no conjunto de instrumentos e ferramentas de que dispõe a Organização para simplificar procedimentos fronteiriços. Algumas das principais ferramentas estão listadas abaixo.

O *Guia de Implementação da WCO* é uma ferramenta interativa que auxilia as aduanas e outras agências governamentais a implementar o TFA. Com isso, a Organização busca apoiar a implementação harmônica do Acordo. O documento pode ser acessado no site da WCO.

A *Convenção Revisada de Quioto* (RKC, sigla em inglês) é o plano das aduanas para a modernização e harmonização de formalidades e procedimentos alfandegários. O documento foi recorrentemente mencionado durante as negociações do TFA. A RKC

---

*[O Programa Mercator atua em] duas frentes: promover atividades de conscientização nos níveis global e regional; e fornecer assistência técnica e capacitação sob medida*

---

promove a facilitação do comércio e o controle efetivo por meio de suas provisões legais, que detalham a aplicação de procedimentos simples, mas eficientes. Trata-se da principal ferramenta da WCO para auxiliar na implementação do TFA.

O *Estudo do Tempo de Liberação* (TRS, sigla em inglês) orienta as aduanas a revisar e coordenar, junto a outros agentes de fronteira, o gerenciamento do ambiente transfronteiriço e o tempo necessário para liberar os bens. Auxilia, ainda, na identificação de potenciais gargalos e medidas que possam melhorar o processo. O estudo é mencionado na provisão do TFA referente à definição e publicação de prazos médios de liberação, além de amplamente utilizado por organizações internacionais relevantes para a identificação de grandes atrasos na liberação de bens entre fronteiras.

O *Compêndio sobre a Janela Única* reúne iniciativas de criação e consolidação de Janela Única em curso no mundo. Movida pela ideia de que a adoção de padrões e normas é necessária para a facilitação do comércio, a WCO também elaborou o documento "Como criar um ambiente de Janela Única".

O *Modelo de Dados da WCO* é um conjunto de requisitos de dados combinados que se apoiam mutuamente e são atualizados de forma regular, a fim de atender às necessidades procedimentais e legais de agências regulatórias de fronteira – tais como a aduana, que controla a exportação, importação e processos de trânsito. O conteúdo do documento é consistente com outros padrões internacionais e compatível com a Janela Única.

O *Guia de Parceria Aduana-Negócios* oferece orientação para desenvolver um mecanismo robusto e sustentável de engajamento/parceria com o mundo dos negócios. O documento busca apoiar a implementação de provisões relevantes do TFA, com destaque para os Artigos 2, 7.7, 12(1) e 23(2), que preveem uma cooperação mais estreita com atores do setor privado. Além disso, o *Guia* contém um Pilar Avançado, que fornece uma gama de novas oportunidades voltadas a fortalecer e aprofundar ainda mais uma relação já existente e bem estabelecida.



**Changsheng Li**

Especialista em facilitação do comércio da WCO. Diplomata na OMC entre 2006 e 2013, período em que representou a China nas negociações de facilitação do comércio em Genebra e presidiu o Comitê da OMC sobre Regras de Origem.

## AMÉRICA LATINA

# Como a participação em cadeias globais de valor pode beneficiar os países latino-americanos?

Julien Gourdon, Przemyslaw Kowalski

*Ao analisar o impacto da integração da América Latina às cadeias globais de valor sobre a competitividade das empresas da região, os autores argumentam que a harmonização de determinadas regras e medidas e a implementação total do TFA são cruciais nesse processo, na medida em que permitem reduzir substancialmente os custos de comércio.*

Existem grandes diferenças nas características econômicas e geográficas dos países da América Latina, mas a baixa produtividade é um desafio compartilhado pela região como um todo<sup>1</sup>. Em paralelo, a emergência de cadeias globais de valor (CGVs) tem transformado a natureza e a localização que determinam a atividade econômica.

Em análises publicadas recentemente, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sugere que a integração eficiente em cadeias globais de valor pode contribuir de forma significativa para o aumento da produtividade<sup>2</sup>. A separação geográfica de tarefas e funções de negócios proporcionada pela tecnologia da informação e das comunicações permitiu que as empresas diminuíssem os custos e se beneficiassem de economias de escala. Tal separação tem constituído um fator-chave da competitividade. Como resultado, os bens e serviços de hoje são pacotes de insumos originários de vários locais e cuja produção está alinhada aos custos de comércio e vantagens comparativas, determinados de acordo com tarefas e funções específicas.

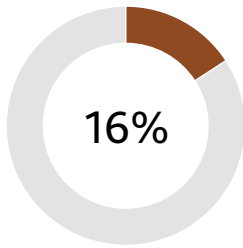
Contudo, um estudo recente da OCDE indica que a participação de CGVs na América Latina parece ser menor do que em outras regiões em desenvolvimento. Conexões intrarregionais parecem ser particularmente fracas, em contraste com o forte papel de cadeias regionais de valor, por exemplo, no Sudeste da Ásia. Do valor agregado total da produção de bens de exportação na América Latina, apenas 9% teve sua origem dentro da região. Uma porcentagem igualmente pequena de intermediários destinados à exportação foi enviada a outros países da região.

Embora o comércio regional na América Latina seja relativamente diversificado e bem estabelecido, os níveis variáveis e ainda baixos de integração a CGVs na região sugerem que existe potencial para uma maior integração regional. Assim, é essencial refletir sobre o papel que as políticas públicas podem desempenhar na facilitação da participação em CGVs, de modo a tornar estas últimas mais benéficas para a região.

## **Como a harmonização de acordos comerciais pode impactar positivamente a América Latina?**

A participação dos países em CGVs pode ser reforçada por meio da redução dos custos de produção em redes complexas e fragmentadas. Alguns desses custos de produção acumulam-se na fronteira, devido a tarifas e custos relacionados a ineficiências aduaneiras. Aqui, há espaço para melhorias. As oportunidades para que as empresas latino-americanas comercializem e participem das cadeias internacionais de suprimentos dependem, em larga medida, do funcionamento eficiente da densa rede de acordos regionais de comércio (RTAs, sigla em inglês), assim como do desempenho da facilitação do comércio.

De fato, a rede de RTAs na América Latina é densa. Em princípio, isso quer dizer que boa parte do comércio enfrenta poucas barreiras fronteiriças. No entanto, os benefícios desses RTAs provavelmente são reduzidos pela sobreposição, duplicação e conflitos entre as diferentes regras de origem e padrões que governam o comércio no âmbito desses acordos. Isso está levando a um interesse renovado pela ideia de conectar ou harmonizar os vários RTAs latino-americanos. A consolidação de acordos existentes ou a negociação de novos acordos, mais flexíveis e ambiciosos, pode ser promissora para um



Potencial de redução dos custos do comércio na América Latina e Caribe em caso de implementação do TFA

continente mais economicamente integrado, com a crescente integração de várias cadeias de abastecimento regionais e domésticas, bem como o estabelecimento de polos de investimento regionais.

À medida que os países continuam a buscar uma integração preferencial e a fragmentação geográfica dos processos produtivos aumenta, deve haver maiores incentivos para consolidar regras de origem e padrões do produto. Contudo, essa consolidação e padronização ainda não aconteceu.

Por exemplo, mais da metade dos RTAs envolvendo México, Chile e Peru não aplica as mesmas regras para a maioria dos bens cobertos. Além disso, apesar da crescente tendência de incluir cláusulas sobre padrões regulatórios na nova geração de RTAs, menos de 20 dos 62 acordos de livre comércio envolvendo países latino-americanos apresentam tais provisões. Recentemente, tentativas de ligar ou harmonizar os vários RTAs latino-americanos estão ganhando força, como no caso da Aliança do Pacífico. A harmonização de padrões regulatórios também tem atraído interesse.

#### **Que papel o TFA pode ter nesse contexto?**

Alguns desses custos comerciais também podem ser resolvidos com reformas adequadas de facilitação do comércio no âmbito nacional. O Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC) oferece uma oportunidade de reduzir tais custos comerciais.

Para ajudar os governos a melhorar seus procedimentos de fronteira, diminuir custos de mercado, impulsionar fluxos comerciais e colher maiores benefícios do comércio internacional, a OCDE desenvolveu um conjunto de indicadores de facilitação do comércio (TFIs, sigla em inglês), que identificam áreas de ação e permitem que o impacto das reformas seja avaliado<sup>9</sup>. Os TFIs também ajudam a monitorar o progresso da implementação do TFA. O referido Acordo oferece uma oportunidade de diminuir custos comerciais em até 16,3% na América Latina e no Caribe, caso os países dessa região implementem totalmente o TFA<sup>4</sup>.

Os TFIs mostram que, em média, o desempenho da facilitação do comércio da América Latina e do Caribe é equiparável ou excede o desempenho médio do grupo de países pesquisados, que compreende 130 países fora da área da OCDE, em todas as áreas contempladas pelos TFIs. O desempenho melhorou entre 2012 e 2015 em decisões antecipadas, procedimentos de recursos, automação e cooperação entre agências de fronteira externa. No entanto, os TFIs também mostram que os países da região ainda estão muito atrás dos países em melhor posição nos índices. Ademais, o desempenho em aspectos específicos da facilitação do comércio varia de modo significativo entre os países da região.

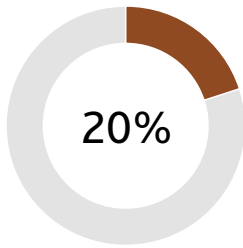
#### **Quais os impactos das regras de origem e das medidas não-tarifárias sobre a integração de CGVs na região?**

Para responder a essa pergunta, a OCDE analisou o impacto das regras de origem e de medidas não-tarifárias na integração de CGVs na região<sup>6</sup>. A Organização fez um balanço do progresso e impacto de iniciativas relevantes de harmonização e discutiu algumas opções para futuras políticas.

---

*apesar da crescente tendência de incluir cláusulas sobre padrões regulatórios na nova geração de RTAs, menos de 20 dos 62 acordos de livre comércio envolvendo países latino-americanos apresentam tais provisões.*

---



Perda de potencial de geração de comércio dos RTAs de países latino-americanos devido às suas regras de origem

#### *Opções específicas para harmonizar regras de origem*

As regras de origem estabelecem as condições que um produto deve satisfazer para ser considerado elegível ao acesso preferencial nos mercados dos países-membros e, portanto, são elementos essenciais dos RTAs. Todavia, no mundo das CGVs, onde bens oriundos de países fora do RTA podem servir como matéria-prima para produtos de países participantes, as regras de origem podem ter consequências negativas para a formação de cadeias de valor dentro e fora do RTA. A OCDE estima que as regras de origem em RTAs de países latino-americanos anulam cerca de 20% dos efeitos positivos desses acordos sobre o comércio, sobretudo quando se trata de produtos intermediários.

A Organização também estima que, em muitos casos, a proteção média proporcionada pelas tarifas de Nação Mais Favorecida (NMF) para fornecedores de insumos intra-RTAs pode ser menor que o custo de administrar acesso preferencial a mercado por meio das regras de origem. A liberalização de tarifas de NMF sobre produtos intermediários pode, assim, constituir uma forma eficiente, em termos de custos, de aliviar problemas com regras de origem e de estimular cadeias de valor dentro e fora do RTA.

Outras iniciativas viáveis – embora possivelmente mais caras – incluem a renegociação ou a harmonização das regras de origem existentes para produtos específicos, ou melhorias na arquitetura geral de regras de origem, tais como emendas para certificação, *de minimis* ou regras de acumulação.

De fato, os países da América Latina que adotaram algumas das abordagens mais flexíveis para regras de origem (como Chile, Costa Rica e México) também tendem a estar mais bem integrados em CGVs. No entanto, ainda há espaço para ampliar essa integração.

A negociação de esquemas de acumulação mais inclusivos é especialmente promissora e já está sendo buscada em vários acordos recentes na região, como no caso da Aliança do Pacífico e da Parceria Transpácifica (TPP, sigla em inglês). Tais esquemas incluem aqueles que permitem acumulação total por parceiros de RTAs, acumulação cruzada de regras de origem entre RTAs sobrepostos ou abastecimento flexível de parceiros fora do RTA.

#### *Opções específicas para harmonizar e reconhecer padrões e certificação*

As medidas não-tarifárias também deveriam ser consideradas nos esforços para promover maior participação em CGVs. Exemplos dessas medidas são padrões, normas técnicas e procedimentos de avaliação de conformidade. Tradicionalmente, têm como objetivo proteger os consumidores. Tais medidas não foram projetadas para discriminar importações e aplicam os mesmos padrões e requerimentos, tanto para bens produzidos domesticamente quanto para importados. No entanto, essas medidas podem surtir efeitos indesejados sobre o comércio, criando restrições além do necessário para alcançar seu objetivo enquanto política – agindo, na realidade, como uma proteção oculta.

Além disso, enquanto os países podem legitimamente aplicar padrões e abordagens diferentes, o uso de padrões nacionais divergentes pode impor custos específicos sobre as CGVs, que envolvem operações em múltiplos países. A princípio, não está claro se os custos de conformidade seriam mais altos para um produto intermediário ou final.

A importância da oportunidade e qualidade no comércio global, bem como a sensibilidade das operações de cadeia de valor em relação aos custos comerciais e a variação entre eles, pode ser particularmente problemática para o comércio em CGVs. A OCDE estima que, em média, as medidas não-tarifárias usadas por países latino-americanos impõem custos adicionais equivalentes a uma tarifa de 20% para produtos primários intermediários e de 12% para intermediários processados. A incidência de tais medidas está negativamente relacionada à participação na CGV. Países latino-americanos onde o comércio intermediário é altamente restrito por medidas não-tarifárias e onde essas questões não são trabalhadas no âmbito de seu RTA são geralmente menos integrados em CGVs.

Dada a importância de garantir padrões de qualidade e proteção adequada ao consumidor, esses custos sugerem que há benefícios em considerar o reconhecimento mútuo, ou a



harmonização de normas técnicas ou de procedimentos de avaliação de conformidade. Uma avaliação empírica dos efeitos dessas medidas sobre os custos de conformidade mostra que, em média, tais provisões podem reduzir os custos de medidas não-tarifárias em cerca de 20%.

Dentre esses métodos, o mútuo reconhecimento – especialmente para a avaliação de conformidade – é responsável por muito da redução em custos de medidas não-tarifárias e é o método de facilitação mais efetivo. Apesar de envolver custos e desafios administrativos, a aplicação do reconhecimento mútuo de avaliação de conformidade parece ser mais factível do que a harmonização, quando o objetivo é promover a convergência de padrões a médio prazo, pois permite que os países retenham seus próprios padrões e processos de certificação.

### Considerações finais

Os resultados dos estudos da OCDE mostram que a convergência de regras de origem e normas regulatórias pode reduzir de forma significativa o peso de conformidade com regras e regulações que se sobrepõem ou competem entre si. Ainda que a convergência não seja necessariamente algo simples e possa envolver alguns custos imediatos (por exemplo, em termos de negociação), esses custos precisam ser definidos em relação aos custos de falta de ação em termos da habilidade de países latino-americanos em aumentar sua integração em cadeias de valor regionais e globais, com ganhos para o comércio, produtividade e crescimento.

Em paralelo, o TFA oferece uma oportunidade de reduzir os custos de comércio em até 16,3% na América Latina e no Caribe, caso os países dessas regiões implementem totalmente o TFA.

❶ Ver: OCDE. *Promoting Productivity for Inclusive Growth in Latin America*. Paris: OCDE, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2rkPeHl>>.

❷ Ver: OCDE. *Interconnected Economies: Benefiting from Global Value Chains*. Paris: OCDE, 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2qLK1RA>>. Ver também: OCDE. Developing countries participation in global value chains and its implications for trade and trade-related policies. In: *OECD Trade Policy Papers* No. 179. Paris: OCDE, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2raMijp>>. Ver também: OCDE. *Diagnostic of Chile's Engagement in Global Value Chains*. Paris: OCDE, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2qqdgks>>.

❸ Esses indicadores podem ser acessados em: <<http://bit.ly/1zMDQSL>>.

❹ Ver: OCDE. *Implementation of the WTO Trade Facilitation Agreement: The Potential Impact on Trade Costs*. Nota do Diretório de Políticas sobre Comércio e Agricultura da OCDE, Jun. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2qLqLya>>.

❺ Ver: Cadestin, C.; Gourdon, J.; Kowalski, P. Participation in Global value Chains in Latin America – Implications for Trade and Trade-related Policy. In: *OECD Trade Policy Papers* No. 192. Paris: OCDE, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2pQMm36>>.

❻ Em média, estima-se que as regras de origem tenham tarifas equivalentes a cerca de 9% para importações dentro do RTA para produtos intermediários. Tarifas NMF médias sobre produtos intermediários estão abaixo do limite de 9% em mais de 60% dos países latino-americanos.



**Julien Gourdon**

Analista de Política Comercial,  
Divisão de Desenvolvimento,  
Diretório de Comércio e  
Agricultura da OCDE.



**Przemysław Kowalski**

Economista sênior da OCDE  
especializado em comércio.

## MERCOSUL

# O Mercosul frente ao Acordo de Facilitação do Comércio

Héctor H. Juárez

*Neste artigo, o autor discute o processo de harmonização e facilitação dos processos aduaneiros no âmbito do Mercosul e aponta para convergências necessárias para que uma maior eficiência nos fluxos de comércio seja alcançada pelo bloco.*

**E**m 22 de fevereiro de 2017, entrou em vigor o Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês), assinado pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os quatro membros fundadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul) manifestaram seu interesse em aderir ao referido Acordo<sup>1</sup>.

O TFA contém disposições cujo objetivo é agilizar os despachos aduaneiros e o fluxo internacional de mercadorias, aumentar a transparência e a difusão dos regimes aduaneiros, bem como a cooperação entre todos os organismos nacionais que intervêm nos processos de importação e exportação de bens. Além disso, dispõe sobre a aceleração das pautas sobre assistência técnica e criação de capacidades, entre outros temas.

Segundo a OMC, "uma transação aduaneira envolve, em média, entre 20 e 30 partes diferentes, 40 documentos, 200 elementos de dados (30 dos quais se repetem 30 vezes, no mínimo) e a necessidade de reescrever, pelo menos mais uma vez, entre 60 e 70% de todos os dados"<sup>2</sup>.

Além de agilizar os trâmites na alfândega, o Acordo exige que cada país crie um Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (Artigo 23.2 do Acordo), do qual deverão participar os distintos organismos públicos e entidades privadas que intervêm no comércio exterior. Trata-se de uma oportunidade histórica de abordar o comércio exterior sob uma perspectiva sistêmica.

O fluxo internacional de mercadorias em um país constitui um sistema. Se pensarmos em uma analogia com o sistema circulatório no corpo humano, as mercadorias importadas e exportadas corresponderiam aos componentes do sangue (glóbulos vermelhos e brancos, por exemplo). Os sujeitos que intervêm (como importadores/exportadores, alfândega, bancos e transportadoras) equivaleriam aos órgãos do corpo humano, tais como o coração. De modo similar, o mecanismo de funcionamento, compreendido pelos processos e regimes aduaneiros, corresponderiam à sístole e diástole cardíaca. Por fim, as propriedades emergentes, constituídas pelo ingresso de bens e divisas para satisfazer as necessidades dos cidadãos, podem ser pensadas como uma analogia à distribuição de nutrientes e oxigênio realizada pelo sangue. O equilíbrio da balança comercial nacional, por sua vez, equivale ao equilíbrio da temperatura corporal que o sistema cardiovascular proporciona ao organismo humano.

Assim como o corpo humano possui sensores que detectam a presença de ferimentos e inflamações que desviam ou obstruem o fluxo sanguíneo, a formação de uma mesa de diálogo e coordenação permanente, da qual participem todos os protagonistas do comércio exterior, em cada membro do Mercosul, permitirá monitorar e coordenar tarefas nas áreas que apresentam lentidão ou obstáculos ao fluxo de mercadorias.

Este artigo trata dos desafios colocados ao Mercosul tanto pela harmonização como pela facilitação dos processos aduaneiros avançados pelo TFA. Discute, ainda, a formação dos Comitês Nacionais de Facilitação e seu papel nesse processo.

## Comércio intrabloco do Mercosul em 1991

# US\$ 5,1 bilhões

Fonte: MRE (2017)

### A harmonização e facilitação dos processos aduaneiros

No que diz respeito aos procedimentos aduaneiros, no Mercosul estão regulados e harmonizados mais de 25 Regimes Aduaneiros Comuns: entre eles, Regime de Origem, Regime Tarifário, Regime de Bagagem, Circulação de Bens Culturais, Regime de Valoração Aduaneira e Gestão de Riscos. Tais regimes estão à espera da aprovação do Código Aduaneiro do Mercosul (Decisão CMC 27/2010), um corpo normativo comunitário formado por 181 artigos, que define e harmoniza os institutos fundamentais em matéria aduaneira. Uma vez referendado pelo Congresso de todos os membros do bloco, o Código regulará a entrada e saída de mercadorias que têm o Mercosul como origem ou destino. Até o momento, apenas a Argentina avançou nessa direção, tendo internalizado o Código por meio da Lei No. 26.795.

A maioria dos regimes aduaneiros mencionados utiliza como referência internacional as Convenções e Recomendações da Organização Mundial de Aduanas<sup>3</sup>, que também têm constituído a base sobre a qual os representantes da OMC negociaram o alcance do TFA.

Os quatro membros fundadores do Mercosul manifestaram seu interesse em aderir o máximo possível à "Categoria A", que compreende os países em condições de aplicar as disposições do TFA desde a entrada em vigor deste, deixando para a "Categoria B"<sup>4</sup> algumas poucas exceções, conforme exposto abaixo.

#### Argentina

Em nota dirigida em 23 de maio de 2016 ao Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio, a Argentina designa todas as disposições da Seção I do TFA que serão incluídas na "Categoria A" a partir da entrada em vigor do Acordo. O documento especifica as seguintes exceções:

- parágrafos 2.1 e 3.4 do Artigo 1 (envio de informações, formulários e documentos);
- itens b) e c) do parágrafo 4 do Artigo 1 (*site* e informações de contato);
- inciso ii do item a) do parágrafo 9 do Artigo 3 (resoluções antecipadas sobre a origem da mercadoria);
- parágrafos 2.1 e 4 do Artigo 10 (aceitação de cópias eletrônicas e janela única); e
- parágrafo 4 do Artigo 11 (liberdade de trânsito).

#### Brasil

Em 25 de julho de 2014, o Brasil especificou ao Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio todas as disposições da Seção I do TFA que deveriam ser incluídas na "Categoria A", à exceção de:

- seção b) do parágrafo 6 do Artigo 3 (prazo em que serão emitidas as resoluções antecipadas);
- inciso ii do item a) do parágrafo 9 do Artigo 3 (resoluções antecipadas sobre a origem da mercadoria);
- parágrafo 1 do Artigo 7 (apresentação da documentação);
- parágrafo 7.3 do Artigo 7 (Operadores Autorizados); e
- parágrafo 9 do Artigo 11 (apresentação e tramitação antecipadas dos documentos e dados relativos ao trânsito antes da chegada das mercadorias).

Em 4 de abril de 2016, o Congresso Nacional aprovou, mediante o Decreto Legislativo No. 1, o texto do Protocolo de Emenda do TFA. Em 29 de março, foi apresentado à OMC o instrumento de aceitação (ratificação).

#### Paraguai

No caso do Paraguai, a notificação ao Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio foi encaminhada em 20 de junho de 2014. Nesse documento, são especificados os compromissos adotados pelo país na "Categoria A" quanto aos seguintes Artigos do TFA: 3, 4, 5.2, 7.2, 7.4, 9, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.8, 10.9, 11 e 12.

## Comércio intrabloco do Mercosul em 2012

# US\$ 58,2 bilhões

Fonte: MRE (2017)

Diferentemente dos demais membros do bloco, a notificação do Paraguai foi acompanhada de uma metodologia "positiva", ou seja: o país adere apenas às disposições expressamente detalhadas no parágrafo acima.

Para concluir o trâmite de ratificação, em 1º de março de 2016, o Paraguai encaminhou à OMC o instrumento de aceitação do TFA (Lei No. 5564, de 25 de janeiro de 2016).

### Uruguai

Por meio de nota dirigida em 24 de julho de 2014 ao Comitê Preparatório sobre Facilitação do Comércio, o Uruguai comunicou que incluirá todas as disposições da Seção I do TFA na "Categoria A" a partir da entrada em vigor do Acordo. Como exceções, o documento especifica o Artigo 7.3, que estabelece a separação entre a liberação e a determinação definitiva dos direitos de aduana, impostos, cargas e taxas. Tal disposição, segundo o documento, foi incorporada à "Categoria B" de compromissos.

Desse modo, embora a posição dos membros do Mercosul quanto à adesão ao TFA seja muito positiva ("Categoria A") e ainda que estejam em condições de implementá-las nos termos do Acordo, as exceções mencionadas acima evidenciam dois aspectos. Primeiramente, que tais compromissos não coincidem entre si – o que é um obstáculo à adesão do Mercosul como bloco econômico regional. Em segundo lugar, deve-se esperar um prazo para a plena implementação desses compromissos, em toda a região.

### Os Comitês Nacionais de Facilitação do Comércio

O Artigo 23.2 do TFA estabelece que cada membro da OMC estabelecerá um Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CNFC) para a coordenação interna e a aplicação das disposições do Acordo.

Esse organismo constituirá o instrumento de gestão, o ponto de encontro, plataforma ou mesa de trabalho em que se buscará:

- a) identificar as necessidades e prioridades do país em matéria de facilitação do comércio;
- b) assegurar a coordenação e cooperação entre todos os setores envolvidos na facilitação do comércio; e
- c) propiciar a simplificação, padronização e harmonização dos procedimentos vinculados à importação e exportação de mercadorias.

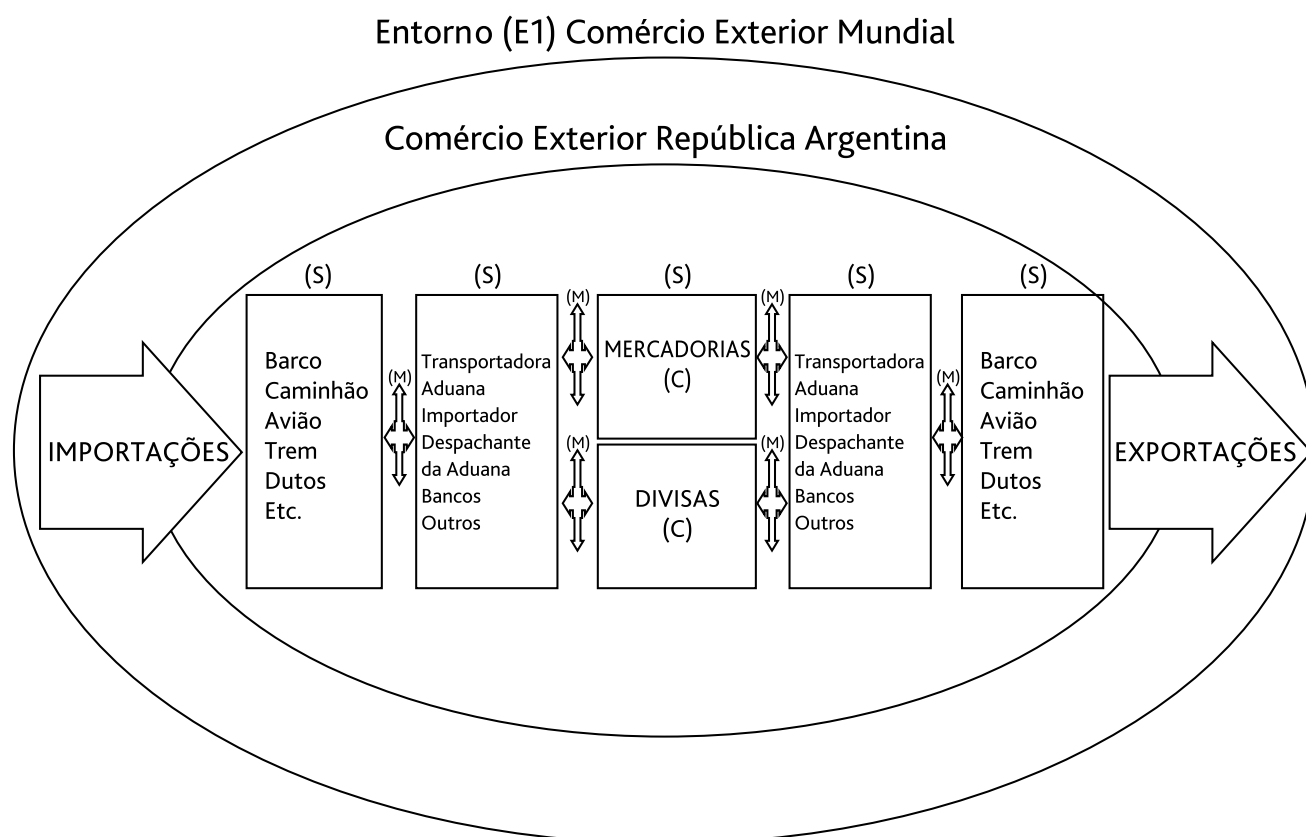
### O método sistêmico

Estabelecido o órgão que permitirá monitorar os fluxos comerciais (o CNFC), proponho agora pensar a metodologia de análise do comércio exterior a partir do trabalho de Mario Bunge, intitulado *Tratado sobre Filosofia Básica*. Para o autor, "sistema" pode ser definido como o conjunto de elementos relacionados e estruturados entre si, com um mecanismo próprio de funcionamento e com propriedades emergentes, no qual o todo não é igual à soma das partes. De acordo com Bunge, todas as coisas (sejam materiais ou imateriais) constituem um sistema ou fazem parte de um sistema.

A investigação de um sistema concreto requer a construção de um modelo que consiste na descrição da composição (suas partes ou elementos), do entorno (elementos externos que modificam os componentes do sistema ou modificados por eles), da estrutura (relações entre os componentes) e, por fim, do mecanismo (processos que se dão dentro de um sistema).

Conhecido como "CESM", esse instrumento conceitual é empreendido em análises diversas (de átomos a fenômenos sociais mais complexos, como uma grande cidade ou um país).

Tal método permite identificar as "relações" entre os elementos que formam um sistema, sua organização interna, seus níveis hierárquicos e seu entorno. Com isso, permite avançar a um nível mais elevado de compreensão de suas partes e componentes.



Aqui, é preciso considerar que a análise sistêmica é extremamente útil para compreendermos fenômenos complexos, tais como o comércio internacional ou os processos de integração regional. Um sistema pode fazer parte de um sistema maior, que podemos chamar de meta-sistema ou ser composto por subsistemas, os quais, por sua vez, podem ser formados por outros ainda menores – e assim poderíamos continuar até chegar aos componentes mais elementares.

Proponho aqui mobilizar esse ferramental metodológico para analisar o fluxo internacional de mercadorias em determinado território. Um primeiro passo nessa direção envolve especificar cada um dos conceitos CESM mencionados acima, tomando como referência a Argentina:

#### *Composição (C)*

Os elementos que formam o sistema de comércio exterior argentino correspondem à totalidade das mercadorias (incluindo as divisas) importadas e exportadas.

#### *Entorno (E)*

O restante dos países e blocos regionais do mundo.

#### *Estrutura (S)*

Todos os processos que regulam a importação e exportação de mercadorias.

#### *Mecanismo de funcionamento (M)*

Aqui está o "centro" da questão, a forma com que funciona o sistema e, em particular, o papel de cada um de seus protagonistas.

#### **Considerações finais**

Ainda que atualmente o Mercosul possua (incluindo a Venezuela) 295 milhões de habitantes, um produto interno bruto (PIB) de US\$ 3,3 trilhões – que o posiciona como a quinta economia global<sup>5</sup> –, a segunda maior Zona Aduaneira do mundo, com uma

superfície total de 14.869.775 km<sup>2</sup>, ainda há muito a realizar no que diz respeito às necessidades atuais do comércio internacional.

Em primeiro lugar, é necessário trabalhar, dentro daquilo que é possível para cada Ministério competente, para adequar ao texto do TFA as exceções pontuais apresentadas por cada membro do bloco em relação à Seção 1 do Acordo.

Em segundo lugar, é necessário que cada membro crie e/ou adapte os Comitês Nacionais de Facilitação do Comércio previstos no Artigo 23, item 2º do Acordo, sugerindo-se para tal fim a continuação das pautas e recomendações propiciadas pela Organização Mundial de Aduanas (WCO, sigla em inglês) em seu guia, intitulado *National Committees on Trade Facilitation: a WCO guidance*.

Em terceiro lugar, é necessário que o Código Aduaneiro do Mercosul (Decisão CMC 27/2010) seja referendado pelos Congressos de Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, a fim de aperfeiçoar a União Aduaneira, unificando os territórios aduaneiros e facilitando a livre circulação de mercadorias dentro do bloco.

De maneira complementar, é também conveniente avançar na região com a aprovação do Convênio de Quioto Revisado, a cujo Corpo Principal e Anexo Geral a Argentina aderiu em 2015 (Lei No. 27.138). Tal instrumento contribui para eliminar divergências entre os regimes e práticas aduaneiras residuais que possam ter persistido.

- 
- ❶ Até o fechamento desta edição, a Venezuela não havia se declarado a respeito.
  - ❷ Disponível em: <<http://bit.ly/2r7vRBI>>.
  - ❸ O Convênio de Kyoto Revisado, o Compêndio sobre a Gestão Coordenada das Fronteiras, o Modelo de Dados da WCO, o Compêndio sobre Janela Única, a Declaração de Arusha Revisada, o Compêndio sobre Gestão de Risco e a Guia sobre os Laboratórios Aduaneiros são apenas alguns dos exemplos.
  - ❹ As disposições são aplicadas após um período de transição.
  - ❺ Disponível em: <<http://bit.ly/1QNjenQ>>.



**Héctor H. Juárez**

Advogado e professor. Membro do Comitê Técnico Nº 2, do Subcomitê Técnico de Legislação Aduaneira do Mercosul e do Grupo de Redação do Código Aduaneiro do Mercosul. E-mail: hhjuarez@gmail.com.



## BRASIL

# Os efeitos do Acordo de Facilitação do Comércio para a atividade aduaneira no Brasil

Fernanda Vieira Kotzias, Luciana Dutra de Oliveira Silveira

*Este artigo discute as mudanças necessárias para a implementação do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC no Brasil. As autoras mostram que as reformas estruturais e normativas realizadas já estão em andamento, com destaque para o Programa de OEA e o Portal Único de Comércio Exterior.*

Nas últimas décadas, o crescimento do comércio internacional impulsionou as aduanas a processarem um número cada vez maior de operações. A economia, cada vez mais global, passou a interligar *players* de diversos mercados, tornando a entrada e saída de mercadorias uma atividade complexa e intensa. Ocorre, porém, que a evolução das instituições e legislações aduaneiras não acompanhou a rápida velocidade com que o comércio internacional cresceu. Além disso, a redução nas tarifas, como fruto do intenso trabalho da Organização Mundial do Comércio (OMC), exaltou o efeito das medidas não tarifárias, tornando evidente o custo das burocracias alfandegárias, também conhecidas como *red tape at the border*.

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), o gerenciamento de vários requisitos documentais no comércio internacional é problemático, tendo em vista que as informações precisam ser submetidas em diferentes agências, países, idiomas e formatos. A título exemplificativo, uma transação regular de importação ou exportação envolve cerca de 30 indivíduos e/ou instituições, 40 documentos, 200 dados sobre a operação e a reinserção de 60-70% de todos esses dados pelo menos uma vez<sup>1</sup>. Em alguns casos, o custo do cumprimento das formalidades alfandegárias tem sido registrado, inclusive, como superior ao custo dos impostos aduaneiros<sup>2</sup>.

No que diz respeito ao sistema brasileiro, são frequentes as críticas endereçadas aos controles fronteiriços interestaduais, à falta de celeridade das autoridades intervenientes, ao congestionamento portuário, à utilização intensiva do modal terrestre e ao alto custo da armazenagem. Essas questões são comumente resumidas pela expressão “custo Brasil”. Os entraves ora descritos representam custos de transação que diminuem sensivelmente a eficiência e a competitividade das empresas e são pontos sensíveis da política de facilitação do comércio.

O Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) foi concluído na Conferência Ministerial de Bali, em 2013, como parte do chamado “Pacote de Bali”, um conjunto de acordos sobre variados assuntos que compunham a agenda de negociações de Doha desde 2004. O TFA foi internalizado pelo Brasil em março de 2016 e entrou em vigor em 22 de fevereiro de 2017, ao atingir a marca de 112 ratificações<sup>3</sup>. O objetivo primordial do TFA é tornar as normas e procedimentos aduaneiros mais uniformes, simples e eficientes.

## Mudanças estruturais e normativas para o Brasil

Enquanto membro da OMC e parte atuante da Rodada Doha, o Brasil envolveu-se diretamente nas negociações do TFA. Para a indústria nacional, o fechamento do Acordo é considerado o elemento mais relevante do Pacote de Bali, tendo em vista que “representa uma oportunidade para a redução de custos domésticos e externos relacionados ao comércio exterior do Brasil, sobretudo referentes à aduana, uma das preocupações mais frequentes dos exportadores brasileiros”<sup>4</sup>.

Em síntese, o TFA prevê a simplificação de procedimentos aduaneiros, a cooperação entre autoridades e o comprometimento com questões de *compliance*. Dentre as principais medidas acordadas em seu bojo estão: a obrigação de publicar, de maneira acessível, todas

## O Brasil no ranking *Trading Across Borders*

# 149ª posição

Fonte: Banco Mundial (2016)

as normas e procedimentos relacionados ao comércio exterior; o direito de recurso contra qualquer decisão da administração aduaneira em desfavor dos administrados; a prioridade no despacho aduaneiro de mercadorias perecíveis; e a uniformização de procedimentos e documentação aplicável aos procedimentos aduaneiros em todo o território nacional com vistas à desburocratização desses trâmites.

A última notificação submetida pelo governo brasileiro ao Comitê Preparatório de Facilitação do Comércio da OMC mostra que o Brasil já cumpriu a grande maioria das obrigações elencadas pelo Acordo. As demais obrigações ainda não cumpridas estão em fase de implementação, com o compromisso de que entrarão em vigor em até um ano após a entrada em vigor do Acordo. São elas: solução de consultas; despacho e liberalização de mercadorias nos pontos relativos aos Operadores Econômicos Autorizados (OEA) e à Remessa Expressa; e liberdade de trânsito no que se refere à recepção antecipada das informações. Cabe mencionar que, apesar de não vinculante, o Brasil também implementará a "Janela Única".

Entre os efeitos mais notórios do TFA para o Brasil encontram-se justamente as mudanças trazidas pelo Programa de OEA e pela Janela Única (chamada internamente de Portal Único de Comércio Exterior).

O Programa de OEA refere-se ao controle e à gestão dos fluxos de comércio exterior, consistindo na certificação dos intervenientes da cadeia logística que representam baixo risco físico ou de compliance em suas operações. A certificação do OEA não é compulsória, porém trará a esses *players* prioridade nos procedimentos de verificação e liberação das mercadorias, bem como possibilidade de usufruir de acordos de reconhecimento mútuo que a Receita Federal venha a firmar com outras aduanas. Em outras palavras, maior celeridade no despacho aduaneiro e economia de custos<sup>5</sup>.

O Portal Único de Comércio Exterior refere-se à principal ferramenta para a facilitação do comércio, pois eliminará o uso do papel nos procedimentos de importação e exportação e integrará todos os intervenientes do processo sob um único programa eletrônico. Importa salientar que esse Portal não se confunde com o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), que constitui uma mera informatização das rotinas de comércio exterior em um sistema eletrônico. O Portal Único permitirá a interface simultânea e concentrada do operador de comércio exterior com os 22 órgãos intervenientes existentes no Brasil<sup>6</sup>. Esse sistema busca simplificar e concentrar as rotinas de liberação de mercadorias.

O TFA prevê, outrossim, a criação de Comitês Nacionais de Facilitação do Comércio a fim de facilitar a coordenação e implementação do Acordo, bem como atuar como interlocutor junto ao Comitê da OMC. Tais Comitês servirão como pontos focais para instrução nacional sobre os compromissos assumidos no Acordo e para congregar todos os órgãos intervenientes envolvidos no processo de importação e exportação.

No Brasil, foi criado o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio (CONFAC), no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), por disposição dos Artigos 31 a 34 de seu Regimento Interno atual, publicado por meio da Resolução CAMEX No. 77, de 21 de setembro de 2016. O CONFAC tem gerado grandes expectativas, principalmente na iniciativa privada, que vê nessa figura um ponto de apoio e diálogo com o governo para avanços na área.

### **Benefícios da implementação do TFA para o Brasil**

Em visita recente realizada ao Brasil, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, afirmou que o momento atual é crítico para o comércio internacional, uma vez que a implementação das reformas exigidas pelo TFA influenciará diretamente as negociações e a própria estrutura do sistema multilateral<sup>7</sup>. De forma sucinta, pode-se afirmar que, dentre os principais benefícios esperados, estão os efeitos econômicos de aumento do comércio, as reformas procedimentais que trarão celeridade às atividades de importação e exportação e o incremento da transparência administrativa com ênfase na redução do espaço para atos de corrupção.

## Outros países sul-americanos no ranking *Trading Across Borders*

111

Argentina

65

Chile

121

Colômbia

116

Paraguai

146

Uruguai

Fonte: Banco Mundial (2016)

O relatório *Doing Business*, publicado anualmente pelo Banco Mundial, indica que o Brasil é considerado um dos países com maior número de entraves aduaneiros, ocupando a 145ª posição entre 189 países analisados e ficando atrás da maioria das principais economias em desenvolvimento. Da mesma forma, apesar de ser a 9ª maior economia internacional, o Brasil ocupa a 25ª posição dentre os maiores exportadores<sup>8</sup>. Portanto, a eliminação de burocracias é fundamental para que o país ganhe competitividade e consiga se inserir de forma mais direta no cenário internacional.

Segundo a OMC, o TFA atuará exatamente na redução dessas burocracias, sendo estimado um corte de 14% das despesas gastas com tais atividades e um incremento anual de até US\$ 1 trilhão ao comércio mundial. Ademais, cerca de US\$ 730 bilhões seriam relacionados ao aumento da atividade comercial somente nos países em desenvolvimento<sup>9</sup>.

No Brasil, a expectativa de desburocratização concentra-se na agilidade que o novo Portal Único promete trazer aos operadores do comércio exterior. Atualmente, o Brasil ocupa a 87ª posição no ranking dos países por tempo médio de importação e a 64ª posição de exportação. Com o TFA, a perspectiva é que haja significativa redução desses prazos, de 13 para 8 dias nos processos de exportação e de 17 para 10 dias nos de importação. Com previsão de entrada em vigor em 2018, a expectativa do governo federal, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), é de que o portal acrescente US\$ 24 bilhões ao produto interno bruto (PIB) nacional já no primeiro ano de funcionamento, e cerca de US\$ 75 bilhões até 2030.

De acordo com estudo econométrico sobre o impacto que o TFA traria ao Brasil, constatou-se que os benefícios não se restringem ao crescimento do fluxo comercial, mas também à possibilidade de diversificação da pauta exportadora, tendo em vista a importância do tempo como fator relevante para o aumento da competitividade da indústria brasileira. Isso porque, "ao penalizar em maior grau o comércio internacional de bens manufaturados, a deterioração da logística portuária no Brasil parece contribuir, ao menos em parte, para o fenômeno da primarização da pauta de exportação do país"<sup>10</sup>, constituindo uma barreira significativa à maior inserção da indústria de transformação brasileira na economia global.

A redução dos custos e do tempo de operação – e, consequentemente, a melhoria logística do comércio exterior do país – tende a igualmente permitir a inserção das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor, cujas principais características são justamente a fragmentação da cadeia de produção, que transpassa do nível local ao global. Acredita-se que a pouca exposição do Brasil a esse novo modelo produtivo esteja, entre outras questões, relacionada aos entraves alfandegários existentes. Dessa forma, a facilitação comercial pode atuar também como um instrumento estratégico para a abertura de novas agendas e para o crescimento econômico brasileiro.

Outro grande benefício é a possibilidade de maior inserção de pequenas e médias empresas nas exportações, que hoje em dia enfrentam custos altos e por vezes intransponíveis para a inserção em diferentes mercados. Com a redução dos custos relacionados aos trâmites burocráticos e à padronização de procedimentos previstos pelo TFA, é esperando que tais empresas se sintam incentivadas e mais competitivas para explorar novas alternativas no mercado externo.

A implementação do TFA no Brasil também traz grandes expectativas acerca da redução do espaço para a prática da corrupção nas aduanas, que prejudica a coleta de impostos, distorce a competitividade das operações de comércio internacional e afeta negativamente a segurança de um país. Novamente, a criação do Programa de OEA e o Portal Único serão peças-chave nessa seara. O primeiro, pois inclui na certificação critérios objetivos e rigorosos de conformidade e diligência, exigindo, assim, um padrão mínimo de *compliance*. E o segundo, pois reduzirá a interação com agentes aduaneiros e órgãos intervenientes, foco recorrente de atos de corrupção, bem como ampliará a transparência e a publicidade das rotinas aduaneiras.



**Fernanda Vieira Kotzias**  
Doutoranda em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela PUC/SP, mestre em Direito Internacional pela UFSC, pesquisadora convidada do CCGI/FGV e advogada na área de comércio internacional.



**Luciana Dutra de Oliveira Silveira**  
Doutoranda em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela PUC/SP, doutorado sanduíche na American University como Fulbright Visiting Scholar, mestre em Direito Econômico Internacional e Política Econômica Internacional (IELPO) pela Universidade de Barcelona e advogada na área de compliance.

### Considerações finais

Diante das obrigações acordadas no TFA e das mudanças que serão necessárias para sua aplicação, entende-se que esse Acordo é um instrumento relevante para a modernização da estrutura aduaneira, bem como para a efetivação de importantes reformas de simplificação e redução de custos nas rotinas de comércio exterior.

No caso do Brasil, as reformas estruturais e normativas necessárias ao cumprimento do TFA já se encontram em andamento e existe grande expectativa quanto aos benefícios quantitativos e qualitativos que essas reformas trarão para a atividade aduaneira. Destaque seja dado ao Programa de OEA e ao Portal Único de Comércio Exterior, que contribuirão sobremaneira para a facilitação do comércio internacional brasileiro.

Tais medidas terão impacto direto na redução de prazos para desembaraço aduaneiro, aumento do fluxo de comércio, diversificação da pauta exportadora, possibilidade de integração da economia brasileira às cadeias de produção global e promoção da transparência administrativa.

- ❶ Disponível em <<http://bit.ly/2ppXJnz>>.
- ❷ Ver: UNCTAD. *Simplification of trade documentation using international standards*. Trust Fund for Trade Facilitation Negotiations, Technical Note 13. Rev 3, Jan. 2011. Disponível em <<http://bit.ly/2q7Fmmd>>.
- ❸ Disponível em <<http://bit.ly/2cIlnA1>>.
- ❹ Ver: CNI; ITC. *Acordo de Facilitação de Comércio da OMC: um guia de negócios para países em desenvolvimento*. ITC: Genebra, 2013. p. V.
- ❺ Instrução Normativa RFB nº 1.598/2015.
- ❻ Estes incluem a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e o Banco Central (BACEN).
- ❼ Disponível em <<http://bit.ly/1pKkJsF>>.
- ❽ Disponível em <<http://bit.ly/2q90wjJ>>.
- ❾ Disponível em <<http://bit.ly/2qZqvW>>.
- ❿ Ver: Ferraz, Lucas; Marinho, Raoni. *Sobre o Custo do Tempo para a Compatibilidade da Indústria Brasileira: Diagnóstico e Síntese dos Impactos Econômicos da Facilitação do Comércio no Brasil*. São Paulo: CCGI/FGV, 2015. p. 19.

# Publicações



## **Elementos de Comércio nas Contribuições Climáticas dos Países sob o Acordo de Paris**

**ICTSD – março 2017**

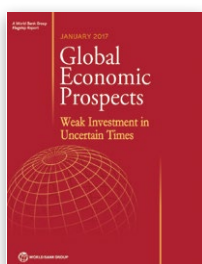
O Acordo de Paris, assinado em dezembro de 2015, busca gerar mais ações voltadas para o clima, permitindo que os países escolham suas próprias metas e medidas de mitigação. Tal diversidade e maior ambição aumentam as interações entre comércio e medidas voltadas para a mudança climática. Este estudo trata das contribuições nacionalmente determinadas (NDCs, sigla em inglês) a partir de uma perspectiva comercial. Embora elementos relacionados ao comércio sejam importantes nas contribuições dos países, existe um grande potencial não aproveitado no que diz respeito ao uso do comércio para fins de ação climática. O estudo propõe formas pelas quais futuras NDCs podem incorporar mais elementos de comércio de um modo positivo e criar relações entre comércio e clima que se reforcem mutuamente. Para acessar o documento, clique [aqui](#).



## **Apoio Doméstico à Agricultura e ao Comércio: Implicações para uma Reforma Multilateral**

**ICTSD – março 2017**

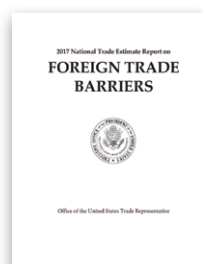
Este estudo analisa o grau com que o mercado global de produtos agrícolas de grande relevância é afetado por distorções resultantes de políticas governamentais. Com isso, o autor busca informar o debate sobre a atualização das regras globais nessa matéria no contexto de aproximação da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Buenos Aires. O estudo conclui que o apoio doméstico permanece restrito a um número relativamente pequeno de produtos, com destaque para arroz, milho, carne bovina e suína e produtos lácteos. Para acessar o documento, clique [aqui](#).



## **Perspectivas Econômicas Globais**

**Banco Mundial – janeiro 2017**

Comércio global estagnado, fraco desempenho do investimento e maior incerteza em termos de políticas públicas marcaram mais um ano difícil para a economia global. Uma retomada modesta é esperada para 2017, com menores obstáculos aos exportadores de *commodities* e demanda sólida por parte dos importadores. Um fraco investimento pesa sobre as perspectivas de médio prazo em muitos países emergentes e economias em desenvolvimento. Ainda que estímulos fiscais nas grandes economias possam fazer com que o crescimento global exceda expectativas, as estimativas de riscos para o crescimento continuam pessimistas. O relatório inclui uma análise de riscos ao crescimento em termos de desafios de políticas públicas enfrentados pelos países em desenvolvimento. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).



## **Relatório sobre Estimativas Nacionais de Barreiras ao Comércio Internacional**

**USTR – março 2017**

Preparado pelo representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, sigla em inglês), este relatório analisa os impactos das barreiras ao comércio internacional sobre as exportações de alguns produtos estadunidenses. O documento analisa, ainda, o potencial impacto da remoção de algumas barreiras específicas ao comércio dos Estados Unidos. A análise é feita para cada país com o qual os Estados Unidos possuem relação comercial expressiva e aponta os principais desafios para o comércio estadunidense no que diz respeito a cada um desses parceiros. Para acessar o documento, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para  
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento  
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores  
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da  
Dinamarca**

**Departamento de Assuntos Exteriores e  
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-  
NonCommercial-NoDerivatives 4.0  
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

ISSN 1813-4394

